



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sergio Souza) - Bom dia a todos. Declaro iniciada a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do plenário, proponho a dispensa da leitura das seguintes atas, por terem sido distribuídas antecipadamente: da 5ª Reunião de Audiência Pública; da 6ª Reunião de Audiência Pública; da 8ª Reunião Ordinária; e da 9ª Reunião Ordinária. Caso haja alguma retificação a ser feita, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Em votação as atas na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovadas na Câmara dos Deputados.

Em votação as atas no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovadas no Senado Federal.

Expediente.

Conforme o item 7 do Acordo de Procedimentos, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião a serem enviadas por *e-mail* aos membros da Comissão e às Lideranças partidárias.

De acordo com o disposto no art. 24, inciso I, combinado com o art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, informo aos Srs. Parlamentares que, em relação às obras com indícios de irregularidades graves citadas nos relatórios setoriais, o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI se manifestará em seu relatório, que será apreciado oportunamente.

Há um acordo de Lideranças para mantermos o painel aberto e suspendermos esta reunião da Comissão de Orçamento, convocando outra para amanhã, às 9 horas da manhã.

Está suspensa a presente reunião. Obrigado a todos.

*(A reunião é suspensa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Declaro reaberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Extrapauta. Apreciação da Alteração nº 1 do Parecer Preliminar PLN 18, de 2016, Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA 2017, do Relator Senador Eduardo Braga.

O Relator está com a palavra para apresentação da alteração no relatório.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Parecer Preliminar do PLOA com Alteração nº 1.

Trata-se de uma situação proveniente da bancada do Rio de Janeiro, que, por um equívoco, acabou encaminhando as emendas impositivas de bancada com recursos a menos do que o estabelecido pelo PLOA. Portanto, para atender o Estado do Rio de Janeiro, e cumprindo a determinação da nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, que estabeleceu percentuais de 0,8% da receita corrente líquida para atendermos duas emendas impositivas de bancada, nós estamos apresentando uma alteração que diz o seguinte.

Em decorrência da decisão favorável do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO acerca da solicitação da bancada do Rio de Janeiro, objeto do Ofício nº 005/2016, de 1º de dezembro de 2016, que implica aumento do montante global com que as emendas de bancada impositivas devem ser aprovadas, o parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 18, de 2016, do Congresso Nacional, PLOA 2017, aprovado na Comissão em 24/11/2016, passa a vigorar conforme alterações constantes dos seguintes itens:

Nos itens 18.II. e no 18.III, da Parte Especial, onde se lê:

*“II - emendas de bancada estadual constantes do anexo de metas e prioridades do substitutivo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2017: 5.971.676.764,00 reais;*

*III - emendas de Relator-Geral, apresentada nos termos dos itens 9 e 10 do parecer: 9.727.673.665,00 reais”.*

Leia-se:



*“II - emendas de bancada estadual constantes do anexo de metas e prioridades do substitutivo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2017: 6.065.676.764,00 reais (...)”*

Portanto, sai de 5.971.676.764 reais para 6.065.676.764 reais E o que estava na reserva geral sai de 9.727.673.665 reais e vai para 9.633.673.665,00 reais.

São essas as modificações, Sr. Presidente, em função da deliberação de V.Exa. em relação ao pleito da bancada do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - A alteração está em discussão.

*(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

A alteração está em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Conforme disposto no inciso I do art. 24, combinado com o inciso II do art. 70 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, informo aos Srs. Parlamentares que, em relação às obras com indícios de irregulares graves citadas nos relatórios setoriais, o COI se manifestará em seu relatório, que será apreciado oportunamente.

O primeiro item a ser apreciado logo após as alterações do relatório preliminar do Relator-Geral será o Item 2, o Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde. O Relator Setorial é o Deputado Lúcio Vale.

Conforme acordo de procedimentos aprovado pelo colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão, informo que o prazo para destaques se iniciou na publicação do referido relatório e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.



O Relator Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO LÚCIO VALE** - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, passo direto para o voto do Relator.

“II - Voto do Relator

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista:

I - aprove o Projeto de Lei nº 018, de 2016 – CN, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, inclusive de relator, e dos ajustes técnicos de que trata o item 7.1 deste relatório relativos à redação dos descritores das ações 216-O e 7656;

II - autorize o Relator-Geral implementar:

a) a correção prevista no item 7.1 deste relatório, referente ao remanejamento de recursos da ação 216-O; e

b) as indicações constantes do item 9 deste relatório.”

Esse é o voto do Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, nós ainda estamos acompanhando os destaques desse relatório e, primeiramente, gostaria de ouvir de V.Exa. se nós vamos discutir os destaques um a um ou vamos discuti-los junto com o relatório geral do Senador Eduardo Braga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Fiz uma proposta ontem e, inclusive, o Relator-Geral está aqui presente para confirmá-la. Nós precisamos dar andamento à aprovação dos relatórios setoriais, que estão bastante enxutos, porque estamos com o prazo apertado. A partir dessa aprovação, abre-se prazo para o Relator. A minha proposta é que nós aprovemos o relatório e deixemos os destaques para serem discutidos na votação do relatório geral.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Acolheríamos e ressalvaríamos todos os destaques. Essa proposta foi feita ontem, e nós entramos em acordo lá na sala de reuniões, Deputado Assis Carvalho. Se V.Exa. concordar...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Eu concordo. Só queria que ficasse registrado, para que não haja nenhum problema na hora oportuna.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Absolutamente. Nós vamos terminar o ano sem esses problemas de procedimento. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Mas é bom que fique registrado, para, depois, ninguém questionar que houve esse acordo aqui para os destaques serem discutidos em hora oportuna, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório continua em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, meu Presidente.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Senador Eduardo Braga, Relator-Geral da LOA, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu consultaria o Relator Setorial da Saúde, o Deputado Lúcio Vale, se no seu relatório há a indicação ao Relator-Geral para que ele faça um ajuste dos recursos para média e alta complexidade.

Lamentavelmente, eu não entendo por que, Senador Eduardo Braga, todos os anos o Estado do Pará, quando vem a relação *per capita*, é o último, como dizia no tempo de moleque, o fona, e o de V.Exa. é o “antifona”.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - É o penúltimo.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - É, é o penúltimo.

Então, todos os anos é preciso que se esteja atento para que se faça a correção.

Uma vez eu conversava com um Ministro, muito tempo atrás, e ele dizia que a definição era por capacidade instalada. Eu disse: não existe isso, Ministro, porque, sem desmerecimento de outros Estados, o Amapá não pode ter capacidade instalada para média e alta complexidade mais do que o Pará. Não existe isso. O que está acontecendo? O Estado tem que bancar esses procedimentos de média e alta complexidade, e não tem o ressarcimento da União. Assim, os serviços estão cadastrados no Ministério da Saúde, mas não estão autorizados, não há portaria autorizando o empenho.

Então eu perguntaria a V.Exa., Deputado Lúcio Vale, que é o Relator Setorial, se fez essa solicitação ao Relator-Geral para que faça os ajustes do *per capita*. Não peço a V.Exa. que coloque o Pará acima do Amazonas, mas que coloque o Pará e o



Amazonas na média dos Estados brasileiros. Só quero que o Pará fique na média, não quero que fique acima. Ficando na média, já me dou por satisfeito.

Agradeço desde já ao Relator-Geral, o Senador Eduardo Braga.

**O SR. DEPUTADO LÚCIO VALE** - Senador Flexa, foi feito, sim. Inclusive nós recebemos o Secretário de Saúde do Estado do Pará, o Dr. Vitor Mateus, que é o Vice-Presidente da Região Norte do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, e, após discussão do assunto, nós fizemos a indicação de aumento para o Estado do Pará, o Estado do Amazonas e o Estado do Amapá, colocando-os na média da Região Norte, que é de 138,14 reais, atendendo à solicitação do próprio Secretário de Saúde do Estado do Pará. Além desses ajustes, fizemos também a indicação para mais credenciamentos junto ao Ministério da Saúde.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Deputado Lúcio Vale, com todo respeito a V.Exa., o que estou solicitando ao Relator-Geral não é a média dos Estados do Norte. Se o Secretário de Saúde solicitou isso, eu lamento, porque ele foi muito econômico na solicitação.

Eu pediria ao Relator-Geral que colocasse o Estado na média nacional, e não na média do Norte, porque a do Norte é de Estados pobres. Aí, Senador Eduardo Braga, o Amazonas também vai ficar prejudicado.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Eu gostaria apenas de fazer um comentário.

Eu recebi um ofício encaminhado pelo Relator Setorial. Esse é um tema extremamente importante, porque trata de uma questão que hoje pressiona toda a saúde pública brasileira.

Nós estamos diante do seguinte: a partir da nova PEC do teto de gastos, nós passaremos a ter uma situação em que, se nós fizermos os aumentos na fonte 8585, se não me engano, que é a de média e alta complexidade, o que se tornará um aumento continuado na tabela de média e alta complexidade, nós estaremos ultrapassando o teto do gasto, porque estaremos empurrando para os próximos anos aquilo que nós não temos de receita previamente estabelecida.

A solução encontrada com técnicos do Ministério da Saúde foi que nós fizéssemos incremento para MAC e para PAB pela fonte 4525, que é exclusiva para o ano de 2017. E assim o faremos, para uma emenda nacional. Dentro de emenda



nacional, estamos fazendo negociações com o Ministério, que tem os critérios, para que ele possa atender não apenas o Estado do Pará e o Estado do Amazonas, mas também todos os Estados que estão abaixo da média nacional.

**O SR. DEPUTADO LÚCIO VALE** - Sr. Presidente, eu quero dizer que essa luta do Senador Flexa é uma luta que todos nós do Norte abraçamos, principalmente o Estado do Pará, que, como ele bem disse aqui, tem uma das piores rendas *per capita* do Brasil.

Entretanto, entendem o próprio Secretário do Estado, que é Vice-Presidente Regional do Conselho, pois, se conseguirmos chegar a essa média do Norte, já será um grande avanço para o Estado do Pará e, em consequência, para o Estado do Amazonas e o Estado do Amapá. Principalmente, essa indicação que fazemos por mais credenciamento vai possibilitar que de fato executemos esse aumento de teto que estamos estabelecendo para o Estado do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados ao Relatório Setorial da Saúde 22 destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passa-se à apreciação dos destaques.

Todos os destaques tiveram voto do Relator pela rejeição.

Quero reafirmar o acordo de procedimentos feito e esclarecer aos Srs. Deputados e Srs. Senadores que nós temos que rejeitar os destaques agora, e eles serão automaticamente repassados ao Relator-Geral para serem apreciados no momento da votação do seu relatório.

Em votação os destaques na Câmara dos Deputados.



Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem pela rejeição, acompanhando o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer do Relator.

Os destaques foram rejeitados e não serão apreciados pela representação do Senado Federal, conforme estabelecido no art. 131, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Retornamos ao Relatório Setorial, com complementação de voto, da Área Temática I — Transportes.

O Relator Setorial é o Deputado Milton Monti, a quem eu passo a palavra para a leitura do relatório.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, caro Relator, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, Srs. Deputados, cumprindo esse acordo de forma diligente — acho que foi um acordo bastante inteligente no sentido de aprovarmos o Orçamento —, eu vou fazer a leitura do voto.

“II - Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei n.º 18, de 2016-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I — Transporte, com as alterações propostas neste Relatório e decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria Setorial.

Sala das Comissões.”

Foi assinado por mim.

E também faço uma complementação de voto referente à Emenda nº 50240008: onde se lê 2 milhões de reais, passa-se a ler 3 milhões de reais. É uma emenda de Santa Catarina, que estava com uma incorreção.

É o voto, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.

**O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER** - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.



**O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER** - Pelo que eu entendi, na sua colocação anterior, não é o momento de fazermos um apelo agora, não é? Porque vai ficar para o Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Justamente. Justamente. Agora seria só para perdermos tempo.

**O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - É porque o Relator-Geral tem costas mais largas, então ele consegue absorver melhor. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados 21 destaques.

O Relatório Setorial, com complementação de voto na área temática I — Transporte, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

As Sras. e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à apreciação dos destaques.

Todos os destaques tiveram voto do Relator pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados. Não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme a Resolução nº 01, de 2006.

Passa-se ao próximo item da pauta.



Item 3. Relatório Setorial da Área Temática III — Educação e Cultura.

O Relator Setorial é o Deputado Sergio Souza.

O Relator Setorial está com a palavra para apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, senhoras e senhores colegas vou diretamente à leitura do relatório:

“I - Relatório

1 - Introdução

Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, o Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 472, de 2016 (...), que trata do Orçamento para o ano de 2017.

Em análise da proposta no que tange ao orçamento da educação, resumidamente podemos dizer, conforme as diversas tabelas e demonstrativos constantes do nosso relatório, que:

“(...) Na proposta apresentada pelo Poder Executivo para 2017, a soma dos orçamentos fiscal e da seguridade dos órgãos dessa área temática alcançou 108,2 bilhões de reais, o que representa um acréscimo de 9,3 bilhões em relação ao montante da proposta para 2016 (variação de 9,4%). (...)”

Não é diferente na área temática da cultura, que teve um acréscimo de 10,5%.

Os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino — MDE e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB, constantes do art. 37 da Constituição, compõem o montante de 18% das receitas do Governo Federal que são produto dos impostos federais, que totalizam 286 bilhões de reais. Com 18% desse valor, chegamos a 51,6 bilhões de reais.

Para o FUNDEB, o Governo destina um percentual que corresponde a 20% das receitas decorrentes de transferências de impostos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios e das transferências de impostos de Estados a Municípios. Em conformidade com os incisos V e VII do art. 60 do ADCT, a União deve complementar, no mínimo, 10% dos recursos.



No Plano Nacional de Educação (PNE), para a área educacional há, ainda, necessidade de verificar a compatibilização...

Sr. Presidente, não consigo nem me ouvir.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Falo agora sobre o Plano Nacional de Educação.

“Para a área educacional, há ainda a necessidade de verificar a compatibilização dessa Área Temática com as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação — PNE 2014-2024, política de Estado que orienta a ação de União, Estados, Distrito Federal e Municípios no exercício da competência comum pela oferta educacional de qualidade. (...)”

O Plano Nacional de Educação fixa expressamente para 2016 a universalização da educação infantil na pré-escola (Meta 1) e do atendimento escolar para população de 15 a 17 anos (Meta 3). No entanto, por força do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, deverá ser universalizada, até 2016, a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, o que contempla também a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos (Meta 2). Para 2016 está prevista ainda a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (...)”

A Proposta de Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos” — é importante que frisemos aqui —, PEC nº 241, na Câmara dos Deputados, ou PEC nº 55, no Senado Federal, propõe alteração nas aplicações mínimas da União na manutenção e desenvolvimento do ensino a partir do exercício financeiro de 2018. Isso quer dizer que até 2018 não há alteração orçamentária para a educação.

As aplicações mínimas de recursos a que se refere o art. 212 da Constituição corresponderão, em cada exercício financeiro, às aplicações mínimas referentes ao exercício de 2017, corrigidas pela variação do IPCA, para o período de 12 meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a Lei Orçamentária. Pretende-se que seja preservado, durante a vigência do Novo Regime Fiscal, com a correção pelo IPCA, o valor mínimo de aplicação relativo a 2017.



“Assim, 2017 é o ano-base para a definição do novo piso constitucional que prevalecerá por 20 exercícios financeiros. Nos termos do item 2.4.1 deste relatório, a receita de impostos federais, líquida de transferências constitucionais está estimada, no PLOA 2017 em 286,4 bilhões de reais, o que resulta na aplicação mínima de 51,6 bilhões de reais” — 18% dos 286 bilhões de reais —, “na manutenção e desenvolvimento do ensino. As aplicações totais previstas em MDE, consideradas todas as fontes, somam 83,8 bilhões de reais.”

Apesar de a proposta orçamentária, em sua elaboração, ter observado os limites gastos prescritos na PEC 241, ou PEC 55 no Senado Federal, verifica-se, conforme demonstrado nas tabelas constantes deste relatório, que as dotações totais previstas para o Ministério da Educação são 9,4% a mais para a educação e 10,4% a mais para o Ministério da Cultura em relação ao PLOA 2016.

Além disso, temos as emendas que foram apresentadas ao Orçamento pelos nossos colegas Parlamentares e também pelas bancadas e pelas Comissões.

“Das emendas apresentadas.

Foram apresentadas 945 emendas à programação dos Ministérios que integram a Área Temática III, sendo 854 individuais e 91 emendas coletivas. Não foram apresentadas emendas de remanejamento. Após análise das emendas, uma emenda de comissão foi inadmitida pela CMO, conforme descrito no item 4.3 deste relatório, e duas emendas parlamentares foram retiradas pelos respectivos autores. Assim, restam aprovadas 942 emendas, sendo 852 individuais e 90 coletivas. Ao MEC estão destinadas 738 emendas e ao MINC, 204.

Entre as emendas coletivas, 76 foram de autoria das bancadas estaduais e 14, de Comissões, sendo dez no âmbito da Câmara dos Deputados e quatro, no âmbito do Senado Federal. Quanto às emendas individuais, foram oferecidas 742 por Deputados Federais e 110 por Senadores.

Dos recursos para o atendimento às emendas.

Aqui passamos, então, Sr. Presidente, para o final.

Nós admitimos emendas para o Ministério da Educação, no valor total de 1 bilhão, 131 milhões e 500 mil reais, e para o Ministério da Cultura, no valor de 108 milhões e 800 mil reais, totalizando 1 bilhão, 240 milhões e 300 mil reais. Esse é o total das emendas.



Pelo exposto, votamos, então, pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2016, na forma apresentada pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática III — Educação e Cultura.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Agradeço o poder de síntese de V. Exa.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o prazo para a apresentação de destaques.

Foram apresentados 25 destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática III — Educação e Cultura está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação dos destaques.

Todos os destaques tiveram voto do Relator pela rejeição.

Os Srs. Deputados que aprovam o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório pela rejeição.

Os destaques foram rejeitados. Não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no art. 131 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Passemos ao próximo item da pauta.

Item 4. Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional.

O Relator Setorial é o Senador Waldemir Moka, a quem eu passo a palavra para a apresentação do relatório.



**O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA** - Sr. Presidente, eu faço questão de falar ao lado do Relator-Geral, Senador Flexa Ribeiro, porque aqui eu me sinto protegido, evidentemente.

Eu vou rapidamente mostrar e demonstrar o meu relatório. Evidentemente não vou lê-lo na íntegra, não há essa necessidade, até porque o acordo aqui é no sentido de agilizar.

Então, passo às emendas apresentadas.

Foram apresentadas 352 emendas à Área de Integração Nacional, sendo 295 individuais, quatro de Comissões do Senado Federal, uma de Comissão Mista do Congresso Nacional, três de Comissão da Câmara dos Deputados e 49 emendas de bancadas estaduais.

Nós temos alguma experiência, e eu inclusive já tive a honra de presidir, meu caro Presidente Arthur Lira, não com a competência de V.Exa., esta Comissão, e procurei, Senador Flexa Ribeiro, aquelas emendas individuais. É claro, buscando orientação da Comissão sobre admissibilidade de emendas, nós não perdemos nenhuma emenda. Eu mesmo fiz o trabalho de correção, mas a questão é apenas e tão somente de texto mesmo. Não muda conteúdo, não muda proposta, mas só ajusta ao Regimento Interno desta Comissão.

Eu adotei o seguinte critério: dos 203 milhões de reais o Relator-Geral pôde dispor — e seu sei que ele fez o máximo —, o que este Relator fez? Atendeu de forma equânime os valores das bancadas estaduais, de forma que todas as emendas de bancadas ficaram com 9,4 milhões de reais. Então, não dá para dizer que São Paulo ficou com mais, ou que o Rio de Janeiro ficou com mais, ou que Minas Gerais ficou com mais, ou que o Piauí ficou com mais. Todo ficou com 9,4 milhões de reais.

Eu distribuí, porque eu achei que esse critério, em função da escassez de recursos, seria o mais justo. Os pedidos eram de 100 milhões de reais, e eu não tinha condição de atender. Então, o que eu fiz? Procurei ser o mais isento possível.

Destinei às emendas de Comissões o valor de 10 milhões de reais. Por que em emendas de Comissões eu coloquei um pouco mais do que nas emendas de bancada? Simplesmente porque as emendas de Comissões eram apenas 5, e as emendas de bancada eram 49. Então, o valor que eu tinha eu distribuí dessa forma.



As emendas de remanejamento ficaram com 5 milhões de reais.

Então, esse é o resumo do recurso que eu consegui.

E preservei, o máximo que eu pude, o orçamento do Ministério da Integração. Eu evitei fazer cortes, porque o valor que veio no orçamento já era 1 bilhão de reais a menos do que o do ano passado. Então, como é que se vai cortar mais um orçamento que já veio com praticamente 1 bilhão de reais a menos? Então, evitei corte de recursos de 2 milhões de reais, de 1 milhão de reais, porque já era pequeno demais. Vai-se cortar onde isso? Vai-se deixar sem nada aquela rubrica ou aquela função programática.

Então, para não tomar o tempo, esse é fundamentalmente o recurso. Eu quero dizer para vocês onde há mais recurso dos valores? Na obra, por exemplo, que já veio no Orçamento, de transposição do Rio São Francisco. As principais emendas de bancada são do Nordeste, porque o Ministério da Integração Nacional guarda essa relação.

Eu me certifiquei, dentro da irrigação, daquilo que é constitucional: 20% para o Centro-Oeste, que é de recurso para irrigação; e 57% dos recursos para o Nordeste. Porque, na verdade, esse é um preceito constitucional. Então, do total do valor de irrigação, tem que haver um percentual mínimo para o Centro-Oeste e para o Nordeste, e isso foi preservado.

Nós acrescentamos todas as emendas individuais, e todas foram aprovadas e atendidas. As emendas de bancadas, todas tiveram o mesmo valor. Para as emendas de Comissão, foram 10 milhões de reais para cada uma delas; para as emendas de remanejamento, foram 5 milhões de reais.

A questão final é ler o seguinte voto:

**“2. Voto do Relator**

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da Área Temática IV, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.”

Sinceramente, o que eu pude atender, da forma mais justa possível, foi o que este Relator fez neste relatório.



Peço aos Srs. Congressistas que aprovelem os destaques, que, evidentemente, conforme o acordo, serão devidamente discutidos quando da apreciação do relatório-geral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o prazo para a apresentação de destaques. Foram apresentados 24 destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional está votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação dos destaques.

Todos os destaques tiveram o voto do Relator pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados e Deputadas que aprovam o parecer pela rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados. Não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no art. 131 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Passamos ao próximo o item da pauta.

Item 5. Relatório Setorial da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.

O Relator Setorial é o Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT de Minas Gerais.

O Sr. Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.



**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a ler a parte final do relatório:

“A Relatoria da Área Temática V recebeu 495 emendas para análise, sendo 493 de apropriação e 2 de remanejamento. Das emendas de apropriação, 465 são individuais e 28, coletivas, sendo 20 de bancadas estaduais e 8 de comissões.

O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou 3 bilhões e 360 milhões de reais, sendo 1 bilhão e 420 milhões de reais de bancadas estaduais, 1 bilhão e 430 milhões de reais de Comissões e 493 milhões e 300 mil reais de emendas individuais.” (...)

Considerando o que foi exposto e após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e do parecer preliminar, somos pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas.

Em relação às emendas coletivas, decidimos, após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e do parecer preliminar, aprovar integralmente as emendas de bancada estadual de execução obrigatória e parcialmente todas as demais emendas coletivas de apropriação apresentadas.

Quanto às emendas coletivas de remanejamento, não obstante o mérito da proposição, dada a escassez de recursos, votamos pela rejeição das Emendas nº 60120005 e 60120006.

“II - Voto do Relator

Do exposto, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2017 na forma do PLN 18/2016-CN, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, encaminhada pelo Poder Executivo na Mensagem Presidencial nº 472, de 2016, na origem, com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo.”

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.  
(Pausa.)



Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaque.

Foi apresentado um destaque ao relatório do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Relatório Setorial da Área Temática V - Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos agora à apreciação dos destaques. O destaque foi rejeitado no voto do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório de rejeição permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não será apreciado na representação do Senado Federal, com base no art. 131 da Resolução nº 01, de 2006.

Passamos ao sexto item: Relatório Setorial da Área Temática VI - Desenvolvimento Urbano.

O Relator Setorial é o Senador Fernando Bezerra Coelho, do PSB de Pernambuco.

O Relator Setorial está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

**O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO** - Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator Geral.

A Área Temática VI abrange o Ministério das Cidades, órgão responsável pela coordenação e implantação de políticas públicas e de programas relativos às áreas de saneamento, urbanismo e habitação, como o Minha Casa, Minha Vida.



Segundo o PLOA de 2017, esta área temática somou créditos orçamentários no montante de R\$ 13,1 bilhões, valor substancialmente inferior aos R\$ 19,9 bilhões do PLOA de 2016.

Na fase legislativa setorial, foram recebidas 780 emendas, sendo 7 de Comissão; 44 de bancadas estaduais, das quais 6 impositivas; e 729 emendas individuais. Do total, 735 emendas foram atendidas integralmente e 45, parcialmente.

Em termos de recursos, esta relatoria mobilizou 3,3 bilhões de reais para o atendimento às emendas, sendo R\$ 2,5 bilhões de reais oriundos da Reserva de Recursos, disponibilizada nos termos do Parecer Preliminar, e R\$ 763,8 milhões decorrentes de cancelamentos realizados em conformidade com Parecer Preliminar e critérios complementares definidos pela Relatoria, integralmente aplicados nas emendas coletivas.

No total, foram distribuídos R\$ 1,5 bilhão de reais para emendas individuais e R\$ 1,7 milhões de reais para as coletivas, sendo R\$ 748,7 milhões relativos às emendas impositivas de bancada estadual.

“Face ao exposto, voto pela aprovação do PLN nº 18, de 2016, do Congresso Nacional, na forma da Mensagem nº 472, de 2016, relativamente ao Ministério das Cidades, com as alterações derivadas das emendas acolhidas por esta Relatoria Setorial e contempladas com os recursos discriminados nos anexos ao Relatório.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo declaro encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 18 destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática VI - Desenvolvimento Urbano está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.



Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos agora à apreciação dos destaques. Todos os destaques tiveram voto do Relator pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o posicionamento do voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados. Não serão apreciados no Senado Federal com base no art. 131 da Resolução 01/06.

Passamos agora ao Relatório Setorial da Área Temática VII - Turismo.

O Relator Setorial é o Deputado Paulão, do PT de Alagoas.

O Relator Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Paulão.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, o relatório setorial da Área Temática VII - Turismo, tem como valores totais: bancada, o valor de 55 milhões e 600 mil reais; Comissão, o valor de 20 milhões e 647 mil reais; e Parlamentares, o valor de 264 milhões reais. O total é o valor de 340 milhões, 826 mil, 326 reais.

Permitam-me ir à fase final para otimizar o tempo.

“4. Indicações à Relatoria-Geral

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, considerando que os valores pretendidos pelas emendas coletivas estavam muito além das possibilidades desta Relatoria Setorial, procedeu-se a um atendimento que possibilitasse dar sequência à análise das proposições pela Relatoria Geral, para a qual indicamos, na medida de suas possibilidades, que realize um atendimento mais apropriado e condizente com as reais necessidades das proposições apresentadas.

II. Voto do Relator



Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2016/CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.”

É o voto do Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu peço silêncio a V.Exas. Nós estamos, pelo menos, lendo o voto dos relatórios setoriais e não estamos achando condição de ouvir.

Por favor, eu peço silêncio.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrados a discussão e o prazo para apresentação dos destaques.

Foi apresentado um destaque.

O Relatório Setorial da Área Temática VII - Turismo está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do destaque.

O destaque obteve voto do Relator pela sua rejeição.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

O destaque foi rejeitado na Câmara dos Deputados e não será apreciado na representação do Senado Federal.

Item 8. Relatório Setorial da Área Temática VIII - Ciência e Tecnologia e Comunicações. O Relatório Setorial é o Deputado Rodrigo de Castro, do PSDB de Minas Gerais.

O Relatório Setorial está com a palavra para a apresentação do seu relatório.



**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente Arthur Lira, Sr. Relator Geral Senador Eduardo Braga, quero, primeiramente, dizer da satisfação de trabalhar ao lado de V.Exas. em um relatório setorial da área de Ciência, Tecnologia e Comunicação, setor por demais estratégico para o desenvolvimento com inclusão social, tão necessário ao nosso País.

“Mesmo diante da escassez de recursos, atendemos integralmente as emendas individuais e parcialmente todas as emendas apresentadas pelas comissões e bancadas estaduais.”

Em relação às emendas coletivas, procuramos observar, além do mérito de cada proposição, a adequação das emendas às normas legais.

“Cientes da impossibilidade de conseguir aprovar integralmente as demandas apresentadas pelas bancadas, procuramos adotar critério norteador para a distribuição dos recursos disponíveis de modo a atender aos diversos Estados da forma mais homogênea possível. Dessa forma, optamos por atender com valor igual todas as emendas apresentadas por bancada estadual.”

“Devido à magnitude do valor solicitado, estamos indicando ao Relator Geral as Emendas nºs 50110002, Ação 20VA - Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima; nº 50310003, Ação 20UT - Promoção da Pesquisa de Desenvolvimento em Inovação e Tecnologias Digitais, componentes e dispositivos eletrônicos e gestão das obrigações de contrapartida relacionadas a incentivos fiscais; e principalmente a Emenda nº 60130001, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Ação 00LV - Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados em Ciência, Tecnologia e Inovação, para que este aloque os recursos necessários de forma a atender tão meritorias ações.”

Houve 11 emendas de Comissão, com valor aprovado de 103 milhões, 497 mil reais. Houve 7 emendas de bancadas, com valor aprovado 28 milhões. Foram feitas 71 emendas individuais, com o valor solicitado de 37 milhões, 949 mil reais e com o valor aprovado de 37 milhões, 949 reais. O valor aprovado total foi de 169 milhões, 446 mil, 764 reais.

“II - Voto do Relator



Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática VIII com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente.”

Sr. Presidente, este é o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O Relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram apresentados quatro destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática VIII — Ciência e Tecnologia e Comunicações está em votação, ressalvados os destaques.

Passamos agora à apreciação dos destaques.

Todos os destaques tiveram voto do Relator pela sua rejeição.

Em votação na representação na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que votam de acordo com o voto do Relator, pela rejeição dos destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados.

Não serão apreciados na representação do Senado Federal, com base no art. 131, da Resolução nº 01, de 2006.

Item 12. Relatório Setorial da Área Temática da Fazenda e do Planejamento.

O Relator Setorial da matéria é o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O Relator Setorial está com a palavra, para a apresentação do relatório.



**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira; Relator Geral, Senador Eduardo Braga; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores; cumprimento V.Exas.

Eu também vou fazer um resumo, Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, do relatório.

“O Projeto de Lei nº 18/2016-CN (PLOA 2017), que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017* (Mensagem n. 472/2016, na origem), foi submetido ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea “b”, combinado com o art. 84, XXIII, da Constituição Federal.”

(...)

O Setor XII, Área Temática XII - Fazenda e Planejamento, “recebeu 5 emendas de apropriação, sendo 2 emendas da Comissão de Finanças e Tributação — CFT da Câmara dos Deputados e 3 emendas de Comissões do Senado Federal: 2 emendas da Comissão de Assuntos Econômicos — CAE e 1 emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo — CDR. Dessa forma, não houve emendas individuais a esse Setor.

A Emenda 50170002, da CFT, foi excluída do Setor XII e ficou aos cuidados da Relatoria Geral (...).

Cumprе notar que a Emenda n. 60120001, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Câmara dos Deputados, originalmente apresentada em outro Setor, está sendo incluída no Setor XII, tendo em vista o seu objeto: ‘Censo Agropecuário 2017 - Nacional’. A Unidade Orçamentária pretendida para esta emenda — Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — também será alterada para Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.”

Já conversamos com o Relator Geral sobre a necessidade de indicação de recursos para o Censo Agropecuário. Isso vai ser atendido pelo Relator Geral, já que nós não temos recursos na nossa relatoria setorial.

“Cabe destacar que o Relator Geral transferiu R\$ 6 bilhões desta Área Temática para a Reserva de Recursos, nos termos da autorização constante do Parecer Preliminar, Parte Especial, § 16, Item III (Emenda 81000003). Além disso, aquele Relator efetuou uma troca de fontes, consoante ao § 31, Item I, da Parte Especial (Emendas 81000004 e 81000005). Tais alterações independem deste



Relator Setorial. Dessa maneira, em alguns dos relatórios constam as 5 emendas a cargo desta Relatoria e em outros, 6 emendas, por conta dessa transferência do Relator Geral.

(...)

Todas as emendas coletivas foram admitidas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas.

(...)

Após minucioso exame das dotações das unidades orçamentárias desta Área Temática, esta Relatoria decidiu não promover cancelamentos de qualquer natureza, buscando não prejudicar as já comprimidas programações.

Dessa forma, os recursos utilizados para atendimento das emendas coletivas provieram do saldo da reserva de recursos, no montante de R\$ 25.415.896,00.”

Sr. Presidente, nós fizemos uma distribuição desses 25 milhões por todas as emendas que foram apresentadas.

“1.8 Indicações à Relatoria Geral

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, considerando que os valores pretendidos pelas emendas coletivas estavam muito além das possibilidades desta Relatoria Setorial, procedeu-se a um atendimento que possibilitasse dar sequência à análise das proposições pela Relatoria Geral, para a qual indicamos, na medida de suas possibilidades, que realize um atendimento mais apropriado e condizente com as reais necessidades das proposições apresentadas.”

Eu quero destacar aqui a indicação da emenda que trata do apoio ao FEX, a questão do ressarcimento das perdas dos recursos provenientes dos impostos dos Estados pela exportação de produtos primários. Nós abrimos umas janelas, Sr. Relator Geral, da ordem de 12 milhões, 915 mil 896 reais. Na realidade, nós precisamos daqueles 1 bilhão, 950 milhões corrigidos, porque foram corrigidos em 2016. Então, é preciso corrigir pela inflação, pelo menos, para 2017.



Temos também outras emendas nas quais fizemos a abertura da janela pelos valores que tinham, para que o Relator Geral possa fazer a adequação necessária.

“II. Voto do Relator

Face ao exposto, somos pela aprovação do PLN nº 18/2016-CN, relativamente aos órgãos orçamentários afetos a este Setor XII, isto é, o Ministério da Fazenda, com exceção da Unidade Orçamentária 25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, os seus órgãos supervisionados e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com as alterações derivadas das emendas aprovadas pela Relatoria Setorial, segundo discriminado nos anexos ao relatório.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.  
(Pausa.)

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados quatro destaques.

O relatório setorial da Área Temática XII - Fazenda e Planejamento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Apreciação dos destaques.

Todos os destaques tiveram o voto do Relator pela sua rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com o relatório e o voto do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados e não serão submetidos ao Senado Federal, com base no art. 131 da Resolução nº 1-CN, de 2006.



Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

**O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA** - Sr. Presidente, eu quero só fazer um registro e agradecer ao Senador Eduardo Braga, nosso vizinho, ex-Governador, muito querido no Amazonas. Nós fizemos uma emenda de bancada de 70 milhões que foi acatada. Isso é importante para o Estado de Roraima, porque lá é deficitária a área da saúde.

Eu queria agradecer a V.Exa., Senador Eduardo, por ter acatado a emenda. Sem nenhuma dúvida, V.Exa. está convidado para comer um peixe gostoso lá no Estado de Roraima.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Senador Telmário, também estou querendo ir. *(Risos.)*

Item 13. Relatório Setorial nº 13, de 2016, Área Temática XIII - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas. O Relator Setorial é o Deputado Cleber Verde, do PRB do Maranhão.

O Relator Setorial está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE** - Sr. Presidente, a análise da proposta orçamentária da Área Temática XIII - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas permite verificar a tendência de crescimento dos gastos com pessoal e encargos sociais, além da redução dos investimentos previstos nas unidades orçamentárias que integram este Setor.

A esta Área Temática foi apresentado um total de 23 emendas de apropriação, compreendendo 19 emendas individuais e 4 coletivas, sendo 2 emendas de Comissões e 2 de bancadas estaduais. Não houve a apresentação de emendas de remanejamento, tampouco emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais.

“Após minucioso exame das dotações das unidades orçamentárias desta Área Temática, esta relatoria, Sr. Presidente, decidiu não promover cancelamentos de qualquer natureza, buscando não prejudicar as já comprimidas programações de investimentos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.”

(...)



“Quanto ao parecer, Sr. Presidente, sobre as emendas coletivas, recomendamos aos nossos pares a aprovação parcial de duas emendas de bancadas estaduais e de duas emendas de Comissões.”

Eu tive a oportunidade de receber apenas 20 milhões para a distribuição entre essas quatro emendas. Quero fazer um registro, de forma especial, de que nós atendemos aqui a uma emenda do nobre Relator Geral do Orçamento, uma emenda de bancada da Amazônia para a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

Atendemos a uma emenda, no valor de 5 milhões, para o Estado de Roraima, também encaminhada pela bancada de Roraima para a SUFRAMA.

Sr. Presidente, para concluir, faço um registro especial de que recebi um pedido do Fórum Nacional de Desenvolvimento Produtivo, junto com o Ministro. E esse Fórum envolve, por exemplo, o NST, a UGT, a CUT, a CTB, a CSB, a Força Sindical e entidades patronais, como a CNA, a CNF, a CNT, a CNC, a CNI, além do DIEESE, IPEA e Movimento Brasil Competitivo.

Houve a solicitação de emenda de Comissão, na ordem de 35 milhões, Sr. Presidente, para garantirmos o Portal Único, que vai reduzir o tempo de exportação e importação. Faço um apelo ao nobre Relator Geral. Sei da sua boa vontade, da sua disposição em atender a todas as demandas, mas o Portal Único é fundamental para diminuir o tempo de exportações e importações de nosso País. É essencial para a indústria.

Sr. Presidente, foram pedidos 35 milhões. Nós colocamos para essa emenda específica, Sr. Relator, 10 milhões. Eu queria fazer um apelo a V.Exa., em nome do Fórum Nacional de Desenvolvimento Produtivo, para complementarmos esse recurso, a fim de chegarmos àquilo que é necessário, 35 milhões, e atendermos o Fórum. Com isso, diminuiremos o tempo de exportação e de importação, o que vai favorecer muito, inclusive, o seu Estado, onde há a SUFRAMA, o que certamente atrai muitos empresários, investidores e empreendedores.

Portanto, é o relatório, e quero contar com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.  
(Pausa.)



Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foi apresentado um destaque.

O relatório setorial da Área Temática XIII - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, ressalvados os destaques.

Todos os destaques tiveram voto do Relator pela rejeição.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o voto do Relator pela rejeição dos destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados e não irão à votação no Senado Federal.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Sr. Presidente, faço este registro apenas para que possa haver justiça.

Ainda há pouco o Senador Telmário Mota fez menção a uma emenda do Estado de Roraima. Eu queria esclarecer ao Plenário que, na realidade, ele deveria estar se referindo ao relatório setorial, apresentado pelo eminente Relator da Área da Saúde. Nós na Relatoria Geral ainda não apreciamos nenhuma emenda de bancada e, portanto, não há como tê-lo atendido.

Eu quero agradecer muito ao Deputado o convite para apreciar o peixe de Roraima e dizer que não abro mão dele, mas apenas faço justiça ao nosso companheiro, o Relator Setorial da Área da Saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Vamos passar ao próximo item.

Item 14. Relatório Setorial da Área Temática XIV - Trabalho, Previdência e Assistência Social. O Relator Setorial da matéria é o Deputado Paulo Azi, do DEM da Bahia.

O Relator Setorial está com a palavra, para a apresentação do relatório.



**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Obrigado, Sr. Presidente.

“Trata-se da análise e da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 18, de 2016 – CN, que *‘estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017’*, referente à Área Temática XIV – Trabalho, Previdência e Assistência Social.”

(...)

Em face das recentes alterações do estudo administrativo do Poder Executivo, “a Área Temática XIV passou a compreender a programação dos órgãos Ministério do Trabalho — MT, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário — MDS, incluindo seus órgãos, entidades e fundos, e da unidade orçamentária da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, vinculada ao Ministério da Fazenda.”

“O montante global alocado a esta Área Temática na proposta orçamentária é de R\$ 744,82 bilhões. O valor é significativamente relevante, pois representa 48% das despesas primárias da União.”

Há que se destacar que as Despesas Primárias Obrigatórias representam 96,8% do total alocado à Área Temática, cuja natureza impede cancelamentos ou remanejamentos. São exemplos dessas despesas o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais, o seguro-desemprego e o abono salarial.

“Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação desta Área Temática, nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazer menção a essa questão ao longo deste relatório.”

(...)

“Nesses termos, o valor do salário mínimo considerado no PLOA 2017 corresponde a R\$ 945,80, refletindo um reajuste nominal de 7,5% em relação a 2016. Esse é precisamente o percentual estimado para o INPC de 2016, lembrando que não se considerou ganho real do mínimo, porquanto foi apurada queda de 3,8% no PIB de 2015.”

(...)

“7 - Emendas



No âmbito da Área Temática XIV, foram apresentadas 245 emendas, sendo 233 individuais e 12 coletivas. Entre as emendas coletivas apresentadas, não constaram emendas de remanejamento, apenas de apropriação.”

Além disso, entre as emendas estaduais de bancada, não recebemos emendas consideradas de execução obrigatória. A maior parte das emendas, quase 74%, beneficia o Fundo Nacional de Assistência Social, destinando-se ao atendimento das ações relativas à estruturação das redes de Serviço de Proteção Básica Especial.

“As emendas individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados. Os recursos necessários derivam da Reserva de Recursos administrada pelo Relator Geral no montante de R\$ 112,8 milhões.

No que tange às emendas coletivas, conforme o item 23 do Parecer Preliminar, esta Relatoria poderia realizar corte global de até 20% nas dotações consignadas a investimentos e 10% nas dotações consignadas a inversões financeiras. No entanto, não consideramos adequado utilizar essa prerrogativa de corte, tendo em vista: a) os poucos recursos previstos para investimentos — cerca de 7% das despesas primárias discricionárias da Área Temática; b) a impossibilidade de cancelamento das inversões financeiras, por destinarem-se a cumprimento de despesa obrigatória no âmbito das transferências do FAT para o BNDES; e c) o inegável mérito dos gastos sociais que compõem a programação. Dessa forma, foram utilizados para o atendimento das emendas coletivas somente os R\$ 61 milhões que nos foram repassados da Reserva de Recursos.

Os atendimentos das emendas coletivas fundamentaram-se no mérito das programações propostas pelos autores, nas prioridades apresentadas pelos Ministérios envolvidos e na análise de mérito, conveniência e oportunidade por parte desta Relatoria Setorial.”

(...)

“9 - Adequações ao projeto de lei

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão solicitou, por meio do Ofício nº 71/2016-MP, de 24 de novembro de 2016, a inclusão no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário da ação 20GG - Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza, no valor de 50 milhões. Os



recursos serão destinados à inclusão de trabalhadores e empreendedores beneficiados pelo Programa Bolsa Família em ações que ampliam e fortalecem sua inserção no mercado de trabalho, com o objetivo de ampliar parcela da renda familiar e torná-los, gradativamente, menos dependente de programas de transferências de renda. Os recursos indicados para o atendimento do pleito são provenientes do cancelamento parcial da Ação nº 2A60 - Serviço de Proteção Social Básica. A solicitação encontra-se amparada no art. 28, parágrafo único, da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, e foi viabilizada por Emenda do Relator nº 8014.001.

#### II Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2016 – CN, relativamente à programação da Área Temática XIV - Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.”

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrados a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Não foram apresentados destaques.

O relatório setorial da Área Temática XIV - Trabalho, Previdência e Assistência Social está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado Federal, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não há apreciação dos destaques porque não foram apresentados.



Item 15. Relatório Setorial nº 15/16 com Complementações de Voto 1 e 2 da Área Temática XV - Defesa e Justiça. O Relator Setorial da matéria é o Senador Otto Alencar.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para apresentação do Relatório, com Complementações de Voto 1 e 2.

**O SR. SENADOR OTTO ALENCAR** - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Senador Eduardo Braga, “relatório da Área Temática — Defesa e Justiça, sobre o Projeto de Lei nº 18, de 2016, do Congresso Nacional, que ‘estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017’, na parte referente aos Ministérios da Defesa e da Justiça e Cidadania.

A Proposta Orçamentária para 2017 consigna dotação total de R\$ 106,6 bilhões para dois órgãos da Área Temática XV. Desse total, são destinados ao Ministério da Defesa R\$ 93,3 bilhões (87,5% do total) e ao Ministério da Justiça e Cidadania, R\$ 13,3 bilhões (12,5% do total). Observa-se, inicialmente, um acréscimo nominal de 11,74% no valor total do orçamento da Área Temática em relação à proposta para 2016, que atingiu R\$ 95,4 bilhões no ano anterior. Considerando a inflação acumulada em 12 meses (de setembro de 2015 a agosto de 2016), que foi de 8,97% (IPCA), houve um acréscimo, em termos reais, da ordem de 2,54%, ou seja, R\$ 2,6 bilhões.

(...)

Em que pese o fato de o investimento de R\$ 9,3 bilhões representar apenas 8,7% do total do setor, é importante observar que este é um dos setores com maior valor de execução de projetos de investimento na esfera federal, sobretudo no Programa 2058 - Defesa Nacional.

No Ministério da Defesa, destacamos as seguintes ações com base no montante dos investimentos:

- 1) aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins - Projeto FX-2;
- 2) construção de submarinos convencionais;
- 3) operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro — SISCEAB;
- 4) implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares;
- 5) desenvolvimento de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas;



- 6) aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral;
- 7) construção de submarino de propulsão nuclear;
- 8) implantação do Projeto Guarani; e
- 9) implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON.”

O SISFRON é um projeto muito importante para a segurança nacional.

Na área de Segurança Pública, destacamos:

- 1) fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública;
- 2) aprimoramento da infraestrutura e modernização do Sistema Penal; e
- 3) consolidação do Sistema Penitenciário Federal.

Sr. Presidente, sugerimos ao Relator Geral, Senador Eduardo Braga, que de alguma forma possa realocar mais recursos para alguns projetos que consideramos importantes neste momento para o Brasil: o fortalecimento da segurança pública nacional; o desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar; a aquisição de Cargueiro Tático Militar; a implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020; a implantação do Sistema Integrado de Proteção de Fronteiras — SISFRON; implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos; aprestamento da Marinha.

“Dessa forma, Sr. Presidente, o nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2016, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática XV — Defesa e Justiça, com as alterações oriundas das emendas aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo, e pela rejeição da Emenda de Remanejamento nº 50200005, e com a Complementação de Voto nº 1 e 2, do Calha Norte, que vai atender o Estado do Amazonas. É uma solicitação do nobre Senador Eduardo Braga e do Senador Romero Jucá, do Estado de Roraima.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o prazo para apresentação dos destaques. Foram apresentados doze destaques. O relatório



setorial, com Complementação de Voto da Área Temática XV — Defesa e Justiça, está em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques, as Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal, as Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação dos destaques. Todos os destaques tiveram o voto do Relator pela rejeição.

Submeto à votação na Câmara dos Deputados o voto do Relator. As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. Os destaques foram rejeitados e não serão apreciados no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O Senador Moka está com a palavra.

**O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA** - Sr. Presidente, neste momento, no meu Estado, lá na Assembleia Legislativa, está ocorrendo uma audiência pública com a presença do Ministro da Defesa, convite que fiz pessoalmente, acompanhado do Deputado Junior Mochi, Presidente da Assembleia, e do Deputado Coronel Davi, e eu deveria estar lá, até pela gentileza do atendimento do Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Eu quero dizer a V.Exa. que não pude ir e, ao mesmo tempo, pedir desculpas ao Ministro, porque era necessária a minha presença aqui pelo fato de ter que aprovar o nosso relatório setorial. Era essa a justificativa que eu queria fazer, dirigindo-me ao meu querido Estado de Mato Grosso do Sul, aos Deputados Estaduais e a todos os Prefeitos da área de fronteira. O tema daquela audiência é a segurança na fronteira, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - É sempre muito cuidadoso e elegante o Senador Moka. Está justificada a sua ausência lá, mas a sua presença aqui realmente era indispensável.



Item 16. Relatório Setorial nº 16/16 com Complementação de Voto da Área Temática XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. Relator Setorial: Deputado Mário Negromonte Junior, do PP da Bahia.

O Relator Setorial está com a palavra para apresentação do relatório, com Complementação de Voto. Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR.** - Sr. Presidente Arthur Lira, Sr. Senador Eduardo Braga, Relator-Geral da CMO, Sras. e Srs. Congressistas, encerrado o prazo, foram totalizadas 249 emendas nesta Área Temática, das quais 60 coletivas e 189 individuais. Das coletivas, 33 foram apresentadas por bancadas estaduais e 27 por Comissões permanentes. (...)

A Relatoria Geral repassou os valores necessários ao atendimento integral das emendas individuais, R\$ 56.880.074,00. Foram apresentadas 189 emendas individuais no valor global inicial de R\$ 57.580.074,00.

As emendas 27120010 e 12680001, no valor de R\$ 200.000,00 e R\$ 100.000,00, respectivamente, estão com voto pela inadmissão porque, em se tratando de emendas individuais, não poderiam destinar recursos para despesas primárias obrigatórias, nos termos do item 9.3 do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas. Ademais, a destinação de recursos para despesas obrigatórias pode esvaziar e obstar a efetivação do comando constitucional inscrito no §18 do art. 166 da Carta da República, que determina a execução equitativa das emendas individuais (de forma igualitária, impessoal e independentemente da autoria), uma vez que tais despesas não poderiam sofrer limitação de empenho em caso de frustração de receitas. Contatados os gabinetes dos autores, não houve qualquer manifestação até o fechamento deste Relatório para remanejar os recursos envolvidos.

As emendas de nºs 24500009, 24530004 e 37670008, nos valores de R\$ 150.000,00, R\$ 250.000,00 e R\$ 250.000,00, respectivamente, também destinavam recursos para despesas obrigatórias. No entanto, a pedido de seus autores, os



valores alocados nestas emendas foram remanejados para outras áreas temáticas. Por outra via, a emenda 37890006, no valor de R\$ 250.000,00, foi recebida por esta área temática por ter sido apresentada indevidamente na Reserva de Contingência (UO 90000). (...)

Quanto ao mérito, cada emenda cumpre o juízo de oportunidade e conveniência exercido pelos autores, não cabendo a esta Relatoria manifestar-se sobre o ponto. Portanto, com as ressalvas apontadas, foram acolhidas 185 emendas individuais. (...)

Cumprido informar que não foram apresentadas emendas coletivas de remanejamento.

A Relatoria Geral repassou R\$ 289.741.220,00 para atender parcialmente às emendas coletivas.

Foram apresentadas 60 emendas coletivas de apropriação. Três dessas emendas (a de nº 50170003, referente aos concursados do MPU, a de nº 71080013, referente aos concursados do TJDF, e de nº 71250011, referente ao pessoal do TRE-SP) não competem a esta Relatoria Setorial e foram submetidas à avaliação do Relator-Geral, nos termos do item 38.III e 38.IV do Parecer Preliminar. A emenda de nº 71070005 foi inadmitida por essa Comissão após avaliação do Comitê de Admissibilidade das Emendas. Restaram, portanto, 56 emendas coletivas de apropriação. Como é sabido, não tínhamos fontes suficientes para aprovar integralmente todas as emendas. Diante da variedade dos objetivos propostos nas emendas, orientamo-nos basicamente pelo nosso julgamento do mérito e pela manifestação dos autores das emendas e dos órgãos beneficiários das programações contempladas.

Sempre que possível, esta Relatoria adotou como critério para atendimento das emendas apresentadas a distribuição equitativa de recursos para cada instituição ou autor (cerca de R\$ 10 milhões a R\$ 15 milhões). Excepciona a regra a emenda destinada à construção do complexo do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no Estado de Goiás, cujo atendimento foi diferenciado, considerando a necessidade de reparação dos danos provocados pelo incêndio ocorrido em outubro de 2015 nas obras do Complexo Trabalhista de Goiânia.



Desafortunadamente, não foi possível o atendimento pleno e integral nos valores solicitados pela maioria das emendas coletivas, dada a insuficiência dos recursos à disposição desta Relatoria. Entretanto, mesmo diante da escassez de fontes, procurou-se destinar valores simbólicos às demais emendas” — dando ao nosso Relator Geral toda a oportunidade de poder contemplar e ajudar ainda além desses valores simbólicos —, “possibilitando sua suplementação pelo Relator-Geral, no momento apropriado.

Esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis, de modo que não há fontes remanescentes para atender eventuais destaques. Todavia, as emendas coletivas de apropriação aqui consideradas poderão, ao final, receber maiores somas, seja por conta de eventual reestimativa positiva da receita, seja por força da alocação (pelo Relator-Geral) a que se refere o art. 57, inciso III e § 2º, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

As emendas de bancada poderão ainda receber recursos adicionais por indicações das respectivas bancadas, conforme distribuição prevista no inciso I do art. 57 da Resolução nº 1/2006-CN. Estamos, desde logo, pleiteando à Relatoria-Geral que suplemente os atendimentos ora realizados.

(...) Indicamos e solicitamos ao Relator-Geral contemplar as emendas coletivas de apropriação, cujo atendimento por nós realizado ficou muito aquém”, infelizmente, “da solicitação dos órgãos e do previsto nas emendas.”

Peço, Sr. Relator, de forma muito especial, uma atenção também especial e, se possível, ainda o atendimento das emendas que contemplam os concursados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (*palmas*), assim como os concursados do MPU que estão aqui esperando, aguardando ansiosamente por esse atendimento.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - E V.Exa. não atendeu a nenhuma delas?

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR.** - Não, porque, como V.Exa. sabe, eram emendas de texto, só podendo ser atendidas e acolhidas pelo Relator Geral. Se eu pudesse, certamente as acolheria, no limite repassado por esta Relatoria, Sr. Senador Relator-Geral.

“Diante do exposto, votamos pela inadmissão das emendas individuais de nºs 27120010 e 12680001 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, na



parte referente à Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores, com as alterações propostas neste Relatório.”

Este é o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Em discussão o relatório.  
(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados dezessete destaques.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o relatório setorial com complementação de voto da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passa-se à apreciação dos destaques.

Todos os destaques tiveram voto do Relator pela sua rejeição.

Submeto à apreciação o voto do Relator pela rejeição.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados. Não serão admitidos no Senado Federal, com base no art. 131 da Resolução nº 01, de 2006.

Voltamos ao item 9 do relatório setorial da Área Temática IX — Minas e Energia.

Tem a palavra o Deputado Bebeto, do PSB da Bahia, Relator Setorial, para apresentação do relatório.



**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senadores, passo à leitura do relatório.

A Área Temática IX compreende a programação orçamentária do Ministério de Minas e Energia.

Está estabelecido um conjunto de medidas. Os recursos programados para a Área Temática estão representados em tabelas. Não faremos sua leitura. Elas se compõem de investimentos e recursos globais por esfera — fiscal e seguridade e para investimentos.

O destaque do orçamento dessa área temática é o volume de investimentos, notadamente das empresas estatais. Considerando-se as três esferas orçamentárias, os investimentos previstos para o setor correspondem a 63,1% do total de despesas programadas em GND 4 no projeto de lei orçamentária para 2017. Levando-se em conta apenas o orçamento de investimento das estatais, esse percentual alcança 90,6%.

Os recursos propostos para 2017 do conjunto das cinco unidades orçamentárias do Ministério de Minas e Energia para os orçamentos fiscal e da seguridade social chegam a pouco mais de R\$ 4 bilhões, valor 3,2% superior ao proposto para 2016. Deve-se destacar que nesse valor estão incluídos cerca de R\$ 1,9 bilhão, ou quase 50%, destinados à reserva de contingência, assim como para a Conta de Desenvolvimento Energético — CDE, que é um fundo destinado a promover o setor elétrico.

O orçamento do DNPM teve acréscimo de 28% em relação ao proposto para 2016, com mais R\$ 110 milhões. A ANEEL também teve sua proposta aumentada em mais de 12%, enquanto a ANP teve a maior redução — 16,8% ou cerca de R\$ 184 milhões.

Observa-se que, descontando-se os valores consignados como reserva de contingência, o orçamento fiscal e de seguridade do Ministério de Minas e Energia concentra-se em GND 1, pessoal, com 44%, e em GND 3, custeio, com 53%, que somam 97% do total. Para investimento e inversões financeiras, constam cerca de 2% apenas. Não é quase nada, Relator-Geral.

Inclui-se, no entanto, entre as despesas previstas em GND 3 do órgão, que chegam a R\$ 1,6 bilhão, cerca de R\$ 900 milhões no orçamento da ANEEL para



transferência de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético. Dessa maneira, restam cerca de R\$ 700 milhões em GND 3 para uso das unidades orçamentárias dessa Área Temática.

Orçamento de Investimentos.

Os investimentos das empresas estatais que integram a Área Temática IX correspondem, na proposta para 2017, a R\$ 81,3 bilhões, valor que é 6,4% menor do que o previsto no projeto de lei para o Orçamento do exercício de 2016. Se comparado com o projeto apresentado para 2015, a queda chega a 13,6% ou cerca de R\$ 13 bilhões.

Como é tradicional, a PETROBRAS concentra grande parte do investimento do Ministério. Para 2017, a previsão é de 68% do total, com cerca de R\$ 55,5 bilhões. A PETROBRAS é responsável pela maior parte da redução do orçamento de investimento do órgão para 2017, com 73% do total ou cerca de R\$ 4 bilhões.

Execução Orçamentária.

Pode ser verificado que, no orçamento da ANEEL, vêm sendo incluídos recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético. Retirando-se esses valores, tem-se que foram empenhados cerca de R\$ 240 milhões em 2014 e mantida a execução nesse patamar até 2016.

Nos últimos exercícios, a presença de dotações com valores destinados à CDE e, em especial, à reserva de contingência vem dificultando o exame inicial do orçamento do Ministério de Minas e Energia.

Isso é bom, Senhor Relator, levar em consideração.

Já entre as empresas estatais, vale destacar a redução prevista nos investimentos da PETROBRAS, com menos cerca de R\$ 4 bilhões. O valor proposto para 2017 representa menos R\$ 10 bilhões para o valor realizado pela empresa no exercício de 2014.

Das emendas apresentadas.

Foram apresentadas cinco emendas à programação do Ministério de Minas e Energia, único órgão componente da Área Temática IX, distribuídas como a seguir: (...)"

Foram apresentadas uma emenda individual de apropriação e quatro emendas de Comissão de apropriação.



As emendas coletivas foram apresentadas pelas Comissões de Minas e Energia — três — e de Defesa do Consumidor — uma.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas analisou as referidas emendas, referentes à Área Temática IX. Foram consideradas todas admissíveis.

Do Atendimento das Emendas.

Foram apresentadas quatro emendas (...)

Os Relatores Setoriais têm, em princípio, duas modalidades de recursos disponíveis para aprovação de emendas apresentadas às respectivas áreas temáticas. São elas: a parcela distribuída da Reserva de Recursos de que trata o art. 56 da Resolução n.º 1, de 2006-CN e os recursos provenientes de cancelamentos na programação orçamentária de cada área.

Adicionalmente, o parecer preliminar ao PLOA 2017 previu a destinação especial de recursos para contemplar emendas de bancada estadual que tivessem sido eventualmente apresentadas à área temática e definidas como prioritárias do substitutivo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2017. Entretanto, no caso da Área Temática IX, não foram apresentadas emendas de bancada estadual, mas unicamente de Comissões permanentes.

Para atendimento das emendas apresentadas aos orçamentos fiscal e da seguridade social, o parecer preliminar autorizou os relatores setoriais a procederem a cortes tão somente de dotações desses orçamentos relativos a despesas com investimentos (GND 4) e com inversões financeiras (GND 5).

A possibilidade de realização desses cortes revelou-se, contudo, limitada em função da escassez de programações que poderiam ser canceladas sem que o orçamento do Ministério fosse prejudicado. Cabe ressaltar que as unidades orçamentárias desta Área Temática utilizam, em boa parte, fontes vinculadas, o que dificulta ainda mais o remanejamento de dotações.

Assim, para atendimento das emendas foram utilizados apenas os recursos provenientes da Reserva de Recursos destinados ao Ministério de Minas e Energia, no total... Pense no total desses recursos reservados para nós, Sr. Relator. Pense numa área de minas e energia apenas o valor de 20 milhões 332 mil 717 reais, como foi determinado no parecer preliminar aprovado.



As quatro emendas de apropriação apresentadas foram aprovadas parcialmente com os recursos provenientes da parcela transferida da Reserva de Recursos de que tratam os artigos 56 e 57, inciso II, da Resolução n.º 1, de 2006-CN, com base no item 19, I, da parte especial do parecer preliminar.

Portanto, as emendas estão no conhecimento de todos. Passo somente ao entendimento dessas emendas.

Sr. Presidente, vou ao voto, dizendo que, considerando essas emendas, o nosso voto, diante do que aqui foi relatado, nós propomos aprovação do Projeto de Lei nº 18, na parte relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática IX, Minas e Energia, com as alterações propostas nesse relatório, decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Não foram apresentados destaques.

O relatório setorial da Área Temática IX — Minas e Energia — está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. e as Sras. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Na representação do Senado Federal, os Srs. e Sras. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 10. Relatório setorial da Área Temática X — Esporte.

O Relator Setorial, o Senador Zeze Perrella, do PTB de Minas Gerais, encontra-se ausente.

Eu pediria o favor e o obséquio ao Senador Flexa Ribeiro para proceder à leitura do relatório do Senador Zeze Perrella.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Relator-Geral, Senador Eduardo Braga, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vou fazer a leitura do parecer do relatório setorial da



Área Temática X, que trata da área do esporte e tem como Relator o Senador Zeze Perrella.

Vou fazer uma síntese do voto do parecer do Senador Zeze Perrella, que é bastante extenso, mas já foi disponibilizado a todos os Parlamentares.

Foram apresentadas 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) emendas à programação da Área Temática X, sendo 451 (quatrocentos e cinquenta e uma) individuais e 7 (sete) coletivas. As bancadas estaduais apresentaram 2 (duas) emendas de apropriação e as Comissões Permanentes 5 (cinco). Nesta Área Temática não foi apresentada emenda de remanejamento.

Em atendimento ao item 3, II, do Parecer Preliminar, Parte Especial, informamos que foi efetuado, por solicitação do Deputado Léo de Britto, autor das emendas, o remanejamento de R\$ 500 mil da emenda 37030008 para a emenda 37030007, as duas referentes a programações do Ministério do Esporte. Com isso, a emenda 37030008 ficou sem valor.

#### 4.2 Dos recursos disponíveis e do atendimento às emendas

Para atendimento das emendas individuais apresentadas nesta Área Temática X, foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade (R\$ 383,9 milhões), conforme disposto no item 18.I do Parecer Preliminar, Parte Especial. Todas as emendas individuais foram analisadas, ajustadas, quando necessário, e atendidas exatamente pelo valor solicitado.

Cabe destacar que, apesar de o Parecer Preliminar autorizar remanejamentos de até 20% do total consignado aos investimentos (GND 4) e de 10% do total das inversões financeiras (GND 5), decidimos manter integralmente preservada a proposta orçamentária do Ministério do Esporte.

Assim, para atender as emendas coletivas de apropriação, esta Relatoria utilizou apenas os recursos transferidos pelo Relator-Geral, conforme previsto no item 19.I da Parte Especial do mencionado Parecer, no montante de R\$ 35,6 milhões. Diante da impossibilidade de conseguir aprovar integralmente as demandas apresentadas, procuramos distribuir os recursos levando em consideração o alcance e a relevância das programações orçamentárias que estão sendo reforçadas pelas emendas.

#### 4.3 Dos ajustes técnicos das emendas



Na elaboração dos respectivos pareceres, foi necessário efetuar ajustes em algumas emendas, seja para adequá-las às normas vigentes, seja para corrigir inadequações técnicas. Para isso, contatamos os gabinetes dos Srs. Parlamentares, que encaminharam solicitações de alteração por meio do sistema destinado a essa finalidade (Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas — SISEL). Registre-se que sempre restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das proposições.

#### 5. Indicações ao Relator-Geral

Solicitamos ao Relator-Geral que analise a possibilidade de reforçar o atendimento das emendas coletivas que não puderam ser adequadamente atendidas nesta fase setorial (principalmente as emendas nºs 71040012, 60040003, 50060001 e 50060003), haja vista os escassos recursos disponíveis para esta Relatoria atender as demandas recebidas.

#### II – Voto do Relator

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente ao órgão orçamentário integrante da Área Temática X — Esporte, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente.

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Agradeço, Senador Flexa Ribeiro, a gentileza de ler o relatório do Senador Zeze Perrella.

O relatório está em discussão.

A discussão e o prazo para apresentação estão encerrados.

Não foram apresentados destaques.

O relatório setorial da área temática X — Esportes, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório setorial da área temática X — Esportes, está em votação na representação do Senado Federal.



As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O último Relatório Setorial é o item 11, da Área Temática XI — Meio Ambiente. Relator Setorial: Deputado Júlio Cesar, do PSD, do Piauí.

Eu pediria ao nosso Relator-Geral, Senador Eduardo Braga, para fazer a leitura do relatório.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR.** - Sr. Presidente...

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - O relatório está aí?

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR.** - O relatório está aqui.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Então pronto. V.Exa. pode ler.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - V. Exa. só lerá se for direto ao voto.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Direto ao voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Senão o Relator fará a leitura.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR.** - Sr. Presidente, primeiro eu quero destacar aqui que fui incumbido de uma difícil tarefa de substituir o insubstituível Deputado Júlio Cesar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - A demora já está contando contra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR.** - Sr. Presidente, se V.Exa. quiser, eu posso ler. São 15 páginas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Não, só o voto, por favor.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR.** - Então, ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da Área Temática XI, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Agradeço o poder de síntese de V.Exa.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o prazo para a apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática XI — Meio Ambiente, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 17. Apreciação do relatório apresentado ao PLN nº 19, de 2016, do Congresso Nacional, que altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. O Relator é o Deputado Rodrigo de Castro. O voto é pela aprovação do projeto de lei, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 75 emendas apresentadas, o Relator ofereceu o voto pela rejeição.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente, peço autorização para ir direto ao voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Concedida, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2016, nos termos originalmente propostos pela rejeição das 75 emendas apresentadas.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O projeto está em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto de lei vai ao Congresso Nacional.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião para a próxima quarta-feira, dia 14, às 9 horas da manhã, para a leitura, discussão e votação do relatório final da proposta orçamentária para 2017.

Está encerrada a reunião.